



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

**INSTITUTO HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

FRANCISCO MARCOS OLIVEIRA LIMA

**AS INTERFACES ENTRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS E A
CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE DE 2007 A 2017**

Redenção- CE

2017

FRANCISCO MARCOS OLIVEIRA LIMA

AS INTER-FACES ENTRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS E A
CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE DE 2007 A 2017

Projeto de Pesquisa, apresentado à Banca Examinadora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Marcos de Sousa Silva

Data da aprovação: 28/12/17

BANCA DE AVALIAÇÃO



Prof. Dr. Antonio Marcos de Sousa Silva (Orientador)

UNILAB



Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos

UNILAB



Prof. Dr. Igor Monteiro Silva

UNILAB

Redenção (CE)

2017

FRANCISCO MARCOS OLIVEIRA LIMA

AS INTERFACES ENTRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS E A
CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE DE 2007 A 2017

Projeto de Pesquisa, apresentado à Banca Examinadora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antônio Marcos de Sousa Silva

RESUMO: O trabalho busca analisar a questão da criminalidade bem como sua relação com a desigualdade social. A título de delimitação o trabalho será realizado no município de Redenção, que é o município sede da UNILAB em um período que consiste desde sua constituição até o ano de 2017. A presente pesquisa anseia também verificar os modos, as consequências e as causas da violência que se dá entrelaçada indiretamente com as desigualdades sociais. Longe de buscar solucionar toda a problemática em questão, a pesquisa pretende gerar, tanto uma intervenção com os que comungam do resultado da pesquisa, quanto uma discussão teórica no espaço acadêmico acerca da temática.

PALAVRAS CHAVES: Criminalidade, desigualdade social, violência.

Redenção (CE)

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que é a fonte de toda a sabedoria, ao meu orientador Antônio Marcos silva pela paciência e dedicação que tornaram possível a conclusão deste trabalho. Dedico também a todos os meus familiares, pelo apoio e torcida em todo esse percurso, aos professores desta universidade, que me auxiliaram e se tornaram ferramenta principal para a minha formação, bem como todas as pessoas que me ajudaram direta e indiretamente para que eu chegasse aqui.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO.....	5
2. JUSTIFICATIVA.....	8
3. OBJETIVOS.....	9
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
4. METODOLOGIA.....	17
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18

1. APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO

A prática da criminalidade é algo que assola a população Brasileira e vem se interiorizando de maneira vertiginosa no Brasil. Cidades de médio e pequeno portes estão sendo afetadas por esse fenômeno que parece está enraizado na cultura do país. Cito o exemplo de uma cidade de pequeno porte do interior do Ceará, Redenção, que tem assistido um aumento real da taxa de criminalidade, inclusive a violenta, com indícios de formação de facções criminosas que atuam a nível nacional. Retomando, a criminalidade, nos últimos dez anos, tem crescido drasticamente, fala-se muito de políticas públicas assim se ver então a necessidade de haver estudos e pesquisas para solucionar ou entender tal fenômeno. É fato que pouco ou nada não tem sido feito para minimizar tal problema e a lei muitas vezes é branda ou ineficaz, o que contribui para o aumento da criminalidade, e assim a imediata resolução de tal problema. Parte do problema fundamenta-se na questão social¹ tendo como carro-chefe a desigualdade social e falta de investimentos dos governantes. No Brasil a violência, sobretudo a urbana, está embutida em nosso cotidiano. São fatos diariamente que compõem manchetes de jornais que são na sua maioria história relacionadas às violências. Isso assombra ainda mais a sociedade e gera um profundo sentimento de insegurança, que contribui para um processo de desintegração social e um mal estar coletivo, ocasionando assim desregramento das instituições públicas.

Numa releitura da formação do Brasil, um país de colonização europeia, ele é o mais atingido pela criminalidade e sobre tudo a criminalidade que produz milhares de mortes anualmente. Essa fabricação de uma sociabilidade violenta tem como válvula as múltiplas violências que emanam, a título de exemplo, do ambiente familiar, como palavrões, agressões físicas, moral, psíquica e por vezes até mesmo violência sexual e etc. Tudo isso quando eclodido irá ter suas consequências no futuro e na sociedade. Segundo (Claude, 1999) no Brasil, os números surpreendem até mesmo quem está fadado a ver e lhe dar com a violência diariamente, pois as mortes violentas são a primeira causa de falecimento entre os homens na faixa etária dos 5 aos 45 anos, mostrando assim um descaso a dignidade da vida humana, pois estas mortes “prematuras” mostram muitos anos perdidos aos que são assassinados.

A violência por sua vez gera o medo e este gera igualmente violência e isso produz um ciclo vicioso que sempre culmina voltando a raiz do próprio ponto de partida, ou seja, mais

¹ Análise e compreensão das relações entre sociedade civil e Estado.

produção de violência. A pobreza e a miséria reinam nas camadas mais pobres da população brasileira, provocando uma estigmatização de que grandes crimes são cometidos sobre o império da necessidade. O discurso do senso comum, agrega uma relação causal entre pobreza, miséria e criminalidade, afirmando que tais condições levam naturalmente os indivíduos paupérrimos a roubarem, a prostituição e a toda forma de marginalidade. O desemprego a falta de oportunidades e junto com a ausência de renda, levam a tentação a ilegalidade, reproduz o discurso dominante do senso comum.

Noutra linha de interpretação, é atribuído à sociedade de consumo a produção de desigualdades e de incentivo à criminalidade. A televisão, por exemplo, tem sua contribuição na desigualdade, pois ela induz uma cultura do consumismo, nos ofertando roupas de marca, carros do ano e suas tecnologias, joias, casas e ainda por cima apelam para a beleza externa, colocando pessoas tidas como figuras de “deuses (as) da beleza” para divulgar produtos e serviços. Tudo isso está fora e longe do alcance da grande massa da população e, tal sentimento de privação e indignidade rodeiam as massas pobres e excluídas, produzindo processos de exclusão social, que deixa a margem essa massa da população dos bens de consumo. Essa sociedade do consumo, provoca desejos, vontades de possuir os produtos da moda, aqueles que são usados pelos corpos-vitrines, isto é, as celebridades, mas a maioria dos indivíduos pobres e miseráveis, não tem condições de tê-los, de usufruir tais objetos de desejos. Associado a essa lógica de consumo e a falta de oportunidades, a criminalidade ganha território nas práticas de sociabilidade da juventude brasileira.

Vale salientar que a população brasileira é uma das mais desiguais e estratificadas do mundo, pois o que se pode ver aqui é a maior riqueza ao lado da mais “fabulosa” miséria, o excesso de riqueza ostentada por uns poucos é vista como por uma grande massa excluída como natural, todavia, os históricos processos de exclusões sociais, políticas e econômicas produziram essa enorme discrepância, principalmente em termos de distribuição de renda. O profundo fosso entre ricos e pobres no Brasil, criou formas de navegação social pautadas na lógica do ganho fácil, da incorporação de múltiplos ilegalismos cotidianos, que vem provocando descréditos de nossas instituições sociais, especialmente o sistema de justiça criminal. A lógica de viver burlando as leis permite o adensamento de criminalidade, visto que muitas vezes é lucrativo viver a margem da lei, pois num país como o Brasil onde quase não se tem exemplos públicos de um bom caráter e honestidade, onde o sistema é falho e corrupto, onde as leis são brandas, ineficazes e cheia de brecha para aqueles que possuem dinheiro, onde “nossos” representantes roubam milhões, enquanto os pobres tem que matar

um leão por dia para sobreviver, e praticamente nada é feito para se combater a corrupção, pois o sujeito se vê no direito ou vontade de fazer o mesmo, primeiro ele se vê na necessidade depois ele vê a vista grossa do Estado para os roubos bilionários dos cofres públicos. Por outro lado, a ausência do Estado, a ineficácia das instituições públicas, a histórica desigualdade no Brasil, provoca um grande mal estar civilizacional em termos de garantia de direitos, de assistências as populações pobres e carentes de recursos econômicos.

Ao consolidar-se como desigual, o Brasil permitiu o alargamento de formas de sociabilidades que não coadunam com os regimentos normativos do país. Assim, as inúmeras práticas de ilegalismos provocaram a ampliação de múltiplas formas de criminalidades, que, por sua vez, atinge toda a população e mais incisivamente à população pobre, uma vez que os índices de criminalidade apontam que as cidades mais violentas têm historicamente desigualdades sociais e econômicas profundas.

Tendo em vista essas aproximações entre desigualdades e criminalidade que este trabalho visa trabalhar. Pretende-se analisar a questão da criminalidade sua relação com a desigualdade social no município de Redenção em um período que concerne dez anos, mais específico de 2007 a 2017. É interessante também ressaltar os dados que podem melhor condicionar e explicitar tal estudo, como por exemplo, os dados econômicos, serviço de saúde, saneamento básico, população, PIB, taxa de desemprego, IDH e segurança pública. O município de Redenção - CE tem hoje vinte e uma unidades de saúde como postos e hospitais, por outro lado, não existe nesta cidade saneamento básico e nem tão pouco existe previsão para tal construção. A população é de aproximadamente 27.182 habitantes, o seu PIB hoje é de 199.193.000 e o IDH é de 0,626. Dados da secretaria de segurança pública mostram uma escala crescente nas taxas de violência nas regiões com maior vulnerabilidade social, por aí já se pode observar, mesmo que de longe, que as desigualdades sociais têm algum parentesco com a prática da criminalidade.

Em face disso, esse trabalho busca compreender melhor as práticas criminosas em Redenção - CE nesse período de dez anos, pois até então não se encontra um estudo no município sobre essa temática. Tal estudo tem uma proposta de trazer um enriquecimento teórico sobre tais problemas e seus determinantes, mapeando as áreas com maior índice de violência, entrevistando profissionais da segurança, analisando dados econômicos e socioeconômicos, entrevistando também pessoas que comentem ou cometeram crimes e

também as que foram vítimas, para assim procurar entender tal fenômeno, suas causas e seus agravantes e impactos causados na cidade.

2. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica em termos de contribuições em vista de procurar compreender o grande emaranhado das desigualdades sociais, onde, diante de um capitalismo exacerbado e que a cada vez mais incita a competitividade e desvaloriza o homem como ser humano e cada vez mais o “coisifica”. Tudo isso tem causado um colapso na sociedade onde uns tem tanto e outros não tem praticamente nada, uns jogado a mercê da sorte e ao deus-dará e outros chamados elites, representantes do liberalismo econômico. Essa é a face contemporânea do capitalismo, mas na verdade, tudo mesmo não se passa de mero um descaso e falta de respeito às classes pobres economicamente, pois são eles que vendem sua mão de obra e enriquecem o país e, no entanto são os menos favorecidos.

Este projeto tem por meta a busca de um conhecimento empírico, nas práticas criminais e suas consequências perante a sociedade de Redenção. Busca também compreender o porquê da desigualdade social ser um fator que está diretamente incumbido na determinação de violar os direitos de uns menos favorecidos economicamente, não tirando a responsabilidade e a culpa de quem pratica seus crimes. Por outro lado, analisar este robusto fato social, como diria Durkheim, suas causas e seus determinantes, procurando também compreender as necessidades básicas daqueles chamados de “delinquentes” e os serviços que lhes são oferecidos e se tais são capazes de suprir suas necessidades e carências como ser humano, como assim lhes “assegura” uma constituição, pois ousar dizer que muitos destes são apenas vítimas da desigualdade social e da falta de oportunidades.

Partindo de um olhar atento não precisa ser especialista para ver a crescente prática de crimes na cidade de Redenção, daí, portanto, se ver uma necessidade de compreender melhor tais fatos e suas consequências, pois vivemos sob um contrato social e nesse contrato é para se prevalecer os direitos da maioria, mas as práticas criminais violam esse contrato e este ao sê-lo violado mostra uma falha no sistema, as vezes escondida e as vezes não, mas que de uma forma ou de outra necessita de uma solução.

Além da motivação pessoal de considerar este tema importante e de extrema urgência de ser tratado, buscarei retratar em minha pesquisa o fator social, pois a desigualdade social junto à criminalidade é uma dupla terrível, uma vez que esta tem um público alvo muito grande, e, ambos, são fatos sociais que determinam na vida do indivíduo as maneiras de agir, pensar e sentir (DURKHEIM, 2004). Esses o obrigam a se adaptar às regras da sociedade. Sendo um assunto urgente, pois do mesmo modo que oprimem a maioria da sociedade, fere o princípio da democracia.

Logo se vê a importância de ser trabalhado tal tema, pois é essencial buscar compreender esse enigmático processo e marginalização do homem, principalmente o homem negro e pobre que é vítima desde o tempo da escravidão no Brasil e que a cada dia se constata ainda mais essa herança de exclusão e marginalização aos direitos que lhes deveriam ser atribuídos segundo o contrato social que nos rege. Ao invés disso são negligenciados e tem como lucro as misérias de um Estado arcaico.

Entender, pois este vasto emaranhado é fundamental para a reconstrução de um Estado igualitário e democrático. Outro ponto fundamental desta pesquisa é compreender o caráter e o contexto com o qual surgem as facções criminosas, tal problema é rico em indagações e debates, uma vez que este estudo traz à tona o estudo do homem no Brasil e as barreiras enfrentadas pelas classes mais pobres.

Tornando esta pesquisa relevante e viável, é de suma importância estudar este cenário crítico que encontra-se a cidade de Redenção, ou seja, observar e mapear as áreas mais afetadas ou com maior debilidade em segurança, buscando também ouvir quem diariamente testemunha tais atos como profissionais da área de segurança, e também os que fazem tais infrações e aqueles também que as sofrem. Entretanto esta pesquisa busca especificar os modos, as consequências e as causas da desigualdade social inserida na violência, buscando assim uma contribuição para a sociedade de Redenção.

3.OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a questão da criminalidade sua relação com a desigualdade social no município de Redenção em um período que concerne dez anos, mais específico de 2007 a 2017.

3.2 Objetivos específicos

A) - Analisar os dados econômicos, como renda per capita, PIB, taxa de desemprego e outros, para então verificar as possíveis correlações entre criminalidade em Redenção com a renda e o desenvolvimento ou com a falta destes.

B) - Mapear as áreas com maior índice de criminalidade e investigar também através de dados documentados e registrados nos autos de ocorrências da delegacia de Redenção.

C) - Verificar como o poder público municipal lida com a criminalidade e sua relação com as múltiplas desigualdades em Redenção.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Após anunciar os objetivos desta proposta de pesquisa, desejo agora enumerar e debater as categorias que me auxiliarão no processo de construção desta empreitada. Nesse sentido, as significativas contribuições de alguns estudiosos que conseguiram formular teorias, categorias e conceitos a respeito dessa temática darão suporte teórico-metodológico a esse empreendimento. Para tanto, selecionei dois eixos de análise que se entrecruzam de

forma a fornecer subsídios epistemológicos a respeito do tema: a questão social e as desigualdades e criminalidade e violência no Brasil

4.1 - A questão social e as desigualdades

Segundo (BEHRINE, 2003) apud, oliveira, Luzia, 2011) O capitalismo como forma de produção é a lógica de valor no qual organiza cada vez mais intensamente as relações sociais, políticas, econômicas e culturais em substituição as formas feudais de organização da sociedade. Essa ferramenta de manipulação do homem, o “capitalismo”, é diretamente introduzido na organização social e influencia diretamente nas desigualdades sociais e econômicas, pois a relação de troca assume a forma de uma relação social no capitalismo e isso é chamado fetichismo da mercadoria, pois as relações de produção se misturam e assim portanto aparecem como se fossem relações entre mercadoria.

Nessa linha, a mundialização do capital reflete a concentração e centralização da propriedade e, assim, portanto, as desigualdades sociais. A “questão social” portanto está ligada diretamente à sociedade capitalista, aglutinando as desigualdades sociais, políticas e culturais das classes sociais. Nessa luta a pobreza ganha destaque quando expressada na questão social mediante reivindicação de classes, à medida que suas manifestações ganham força, como forma de luta da classe exploradora e isso, então, gera o conflito de “classes”. O individualismo e a responsabilidade privada dos cidadãos sobrepõem-se ao público e ao dever do Estado, assim o financeiro ganha cada vez mais espaço no cotidiano e na vida dos indivíduos.

Nesse contexto, as expressões da questão social traduzem-se em uma potencialização do fetichismo da mercadoria com a banalização do humano, da satisfação das necessidades sociais, a regressão de direitos civis e sociais, a desregulamentação das relações e trabalho e a ascensão de políticas de ajustes estruturais preconizadas pelos países imperialistas. (Oliveira, Luzia 2011, p.08).

O homem na ânsia de gerar condições de abundância para a sua reprodução biológica fez com que o labor, na qual o homem produz e reproduz condições de sobrevivência adquira-se um status impensável na visão tradicional. O homem e a sociedade ao privilegiar o econômico acabaram gerando uma situação geral de escravidão de se próprio, assim portanto

se fracassou a ideia de que a sociedade ao engajar-se na geração exclusiva de abundância, iria propiciar uma situação de liberdade, o “labor” antes “feito” como proposta de liberdade e autonomia do homem, hoje vê os papéis invertidos e agora toma o homem por seu escravo, tornando-se assim atividade típica social (Alves, 2004).

A política reduziu-se a governo, passou-se então a restringir em elaborar e administrar estratégia para o desenvolvimento e o “progresso”, a funcionalização e a massificação dos homens ensejam a perda da sua especificidade e o banimento da dimensão da autarquia humana, tal processo despoja os seres humanos de suas qualidades humanas, tornando o homem intercambiável, e acima de tudo, supérfluos. Nesse sentido, segundo Alves (2004), a assunção da questão social como justificativa e critério revolucionário provocaram a corrupção e essa levou a decadência a quase todos os movimentos revolucionários modernos.

Pensando a partir da questão social brasileira, Ianni (1991) salienta que era evidente que também durante a vigência do regime de trabalho escravo havia também uma questão social, onde o escravo era expropriado do produto de seu trabalho e se quer dependia de si, pois era, portanto, propriedade do outro, não tendo assim qualquer possibilidade de negociação. Isso deixou máculas na formação da sociedade brasileira, sobretudo na produção de desigualdades. Para o autor, a questão social, portanto, sempre foi posta de modo aberto e transparente. Ianni (1991) ainda argumenta que com o passar de toda uma geração essa luta social ganha “novas faces”, principalmente contra essa exploração que cada vez mais torna-se sutil, quase que implícita e a luta social quase que se arrasta mediante a tantos conflitos de corrupção e vista grossa a um direito de uma grande massa cada vez mais excluída e negligenciada.

Com a abolição essa luta se modifica para melhor lhe dar com as diversidades e os antagonismos sociais a serem enfrentados com debates, controle, mudança, solução ou negociação, ainda que predominem as práticas repressivas e a violência do poder estatal e privado contra os mais pobres. Com tudo nas décadas de 20 e 30 os governos e os setores dominantes reconhecem essa questão não mais como sendo um caso de polícia, mas sim como uma questão política, porém como a população Brasileira é dotada e rica de retrocessos, muitas vezes os movimentos sociais em diversas conjunturas são combatidos com força tarefa, remetendo as raízes do militarismo e populismo, pois, “enquanto a economia e o poder estatal cresce e se solidifica, a massa dos trabalhadores padece” (IANNI, 1991, P.03). Movimentos sociais, sindicatos e partidos se revelam em dimensões de complexidade

crecente neste jogo de forças sociais que se expandem com o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na cidade e no campo.

Sobe essas condições manifestam-se aspectos mais ou menos graves e urgentes da questão social. As lutas sociais portanto polarizam-se em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e fazenda, garantias trabalhistas, saúde, educação, direitos políticos e cidadania. (IANNI, 1991, P.04)

Em suma os setores sociais mostram grande dificuldades no posicionamento em face as reivindicações econômicas, políticas e culturais das classes subalternas, por vezes agindo com intolerância, tanto em termos de repressão como também explicação. Isso é forte no presente se manifestava nítida no passado. Ianni (1991) entende que após anos da abolição, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que sempre a vítima é culpada. Salientando e chamando a atenção para a miséria, pobreza, e ignorância e dizendo que estas, por vezes, parecem estado de natureza do homem ou da responsabilidade do “miserável”, do pobre ou do analfabeto, com isso não se vê empenho visível em revelar as tramas das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

Parte de uma constatação de que a sociedade brasileira está organizada e prejudicada pelo “dualismo social” pois de um lado está a “sociedade moderna” industrializada que se caracteriza por a oitava economia ocidental e do outro lado uma sociedade “primitiva e arcaica” recheada de retrocessos, vivendo em um nível de subsistência, em um mundo rural, ou em condições de miserável, de marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância. De um modo ou de outro isso remete aos tempos da “servidão”, não lhes foram e nem lhes são ofertadas facilidades aos “ex-escravizados”, levando em conta a necessidade de existência na questão material e em outros aspectos dessa negligência, como educação, saúde e segurança, que são o básico de uma cidadania, essenciais a vida humana, que são responsáveis pelo saboroso desfrute do cidadão. Na visão da “política” é fácil “gerenciar” ou “administrar” o ignorante e necessitado, mas do que o intelectual.

Trata-se, portanto, de enaltecer as grandes elites, a níveis superiores de vida, excluindo as classes menos favorecidas e os jogando de volta a escravidão, negando o básico. Se lhes fosse ofertado capacitação e participação, seria notável a evolução e o desenvolvimento no país, em outras palavras, erradicar a miséria e superar as formas extremas de atraso e de pobreza, seria portanto um avanço num país tão negligenciado.

Tal preocupação com as desigualdades sociais e a questão da pobreza não se iniciou nos países menos desenvolvidos onde essa questão é alarmante e emergencial. Todo esse estudo e preocupação têm início nos países desenvolvidos após a euforia da reconstrução do pós-guerra, principalmente nas ciências sociais, pois chamou a atenção dos cientistas sociais, sendo então tal temática objeto e tema de estudo que, a partir de então a problemática de grupos desprivilegiados passou a ser vista como um “mal estar social”, se contrapondo assim aos discursos ilusórios dos políticos (Rocha, 2006).

Passa-se então a se gerar discussões e debates acerca desse problema social que a cada dia não parece ter fim e nem mesmo solução, pois a negligência ganha espaço e nessa corrida a desigualdade social e o descaso ganham os primeiros lugares, seguindo junto ao topo desse pódio de calamidades chega junto à corrupção, tendo um papel essencial de esculacho com o pobre. Como se não bastasse o pobre ser jogado à deriva e ser intitulado por vezes como “escória da sociedade”, nessa corrida ele sempre chega no último lugar, junto com ele seus direitos. No Brasil, que é um país de renda média, onde existe um vasto contingente de pessoas desprivilegiadas, é comum por conta dos governantes, políticas públicas que visa “minimizar” a situação da extrema pobreza. Nesse caminho reflexivo, Rocha salienta:

No entanto, é importante lembrar que, ao adotar esse procedimento, a cesta básica de consumo é apenas o ponto de partida para estabelecer as lutas de indigência e de pobreza. Assim os indivíduos definidos como indigentes ou pobres sendo caracterizados exclusivamente quanto a insuficiência de renda para atender o consumo mínimo. Nesse sentido os indigentes são definidos como aqueles que não dispõem de renda para aderir a cesta alimentar básica, o que não permite fazer inferências sobre o seu estado nutricional. (Rocha 2006, p. 17)

Tais políticas públicas tem como alvo maior os que se encontram numa situação de extrema pobreza, toda via os indicadores nos revelam que a prevalência na pobreza e no analfabetismo estão estritamente ligados ao conceito de cor, pois são estes os que alcançam os topos dos índices de miséria, os classificados como brancos ou amarelos são os que apresentam a mais baixa proporção de pobres. E muito desta pobreza e desigualdade está associada ao analfabetismo. Tal posição entre as duas subpopulações tem como base diferenciar e tornar cada vez mais visível as diferenças entre tais, pois enquanto 41% dos não pobres são empregados em relações de trabalho formalizado e com carteira assinada, apenas 21% dos pobres estão em mesma condição, e quase 25% dos pobres ocupados trabalham por conta própria. Assim entre os pobres se associam as atividades de baixa produtividade, baixos

rendimentos, além de irregularidades, insegurança, e imprevisibilidade do rendimento (Rocha, 2006).

4.1 - Criminalidade e violência no Brasil

No Brasil a violência sobretudo a urbana, está maciçamente penetrada em nosso cotidiano e diariamente é manchete de jornais, assombrando o psicológico das pessoas e gerando um profundo sentimento de insegurança. Segundo Claude (1999) isso mostra a desintegração do social e do coletivo. Dos países de colonização européia o Brasil é o mais atingido pela criminalidade assassina, que gera milhares de mortos em todos os anos. Os números aqui no Brasil surpreendem até mesmo quem trabalha na área da segurança, pois as mortes violentas são a primeira causa de falecimento entre cinco e 45 anos, mostrando assim um descaso a vida humana, tal mortes “prematuros” mostram muitos anos perdidos aos que tem suas vidas ceifadas.

A violência gera o medo, e este por conseguinte gera igualmente a violência, trata-se de um ciclo vicioso que se instala, uma psicose coletiva que é preciso romper a qualquer preço e cujos únicos benefícios são certos *lobbies* da segurança, como as firmas de segurança, as milícias privadas, as companhias de seguros, os esquadrões da morte e etc. (Claude, 1999, p.54).

Em face desses desajustamentos do social no Brasil, a principal instituição responsável pela manutenção da ordem, a polícia, também sofre processos de descréditos e desconfiança em vista de sua ineficácia no combate ao crime. Como salienta Misse (1982), a polícia brasileira e também outros (agentes dos dispositivos incriminadores) sobrecarregaram-se no desempenho direto das mediações entre acusação e incriminação resultando assim numa autonomia arbitrária, particularista e recheada de incompetência legal. (Que varia em diferentes conjuntura) sobre o destino a dar as acusações e as incriminações.

Daí, portanto é importante pontuar o porquê das críticas sociais “as polícias” no decorrer de tais mudanças de conjunturas e com os numerosos escândalos da corporação. Isso

gerou uma não valorização na visão da população, assim grande parcela significativa de jovens pertencentes ao segmento subalternos temem e odeiam a polícia, tendo-a como inimiga, não a tendo assim como uma força legal, e sim vista como revestida de poder através da “lei” para impor medo e impor modos de vida e gerenciar comportamentos. Misse (1999) entende que a mesma lógica que presidiu nas áreas pobres, sobre a lógica de bandido bom e bandido mau, fora também transferida para avaliar a corporação policial, principalmente a polícia militar, e assim com o passar do tempo essa lógica vai se desintegrando na experiência social, como resultado de todo esse desprestígio a corporação parece ter sido atingida pela desconfiança e assim tornou-se estrangeira a seu próprio cidadão.

A polícia vira portanto “os alemão”, inimigos mortais dos pobres e “favelados”, ganhando com isso a figura de cruéis que, na maioria das vezes, são tidos como algozes sociais dos pobres, arbitrários, corruptos, servis em relação aos bacanas, enfim covardes. Salienta Misse (1999) que é comum ouvir relatos de presidentes de associações de moradores de favelas do Rio de Janeiro, que o problema da violência nas favelas não são os bandidos e sim a polícia. A verdade é que as pessoas na dependência do Estado e já desacreditadas da capacidade deste lhes assegurar, resguardam sua proteção nos grupos criminosos, uma vez que a população pobre e discriminada acaba por acreditar mais na “proteção” dos traficantes do que mesmo da polícia e do Estado, ambos arcaicos, despreparados, corruptos e arbitrários.

Nessa mesma linha, a existência de quatro polícias, mal orientadas e organizadas, e em muitas das vezes tidas como rivais criam ainda mais confusão e desordem no setor da segurança pública. Polícia federal, Polícia civil, Polícia militar e Polícia municipal, tem papéis complementares e no caso uma é para auxiliar a outra para o melhor desenvolvimento da corporação. No entanto, não é assim que se acontece, A justiça por sua vez é muito lenta, ineficaz e inacessível, contribuindo ainda mais para o “caos” atual na segurança pública. Quanto aos juízes, pouco familiarizados com regras de contabilidade, com astúcias da informática ou com os crimes de colarinho branco, tornam-se fáceis de enganar e subordinar. Ser delinquente é boa “profissão” sem necessidades de levantar cedo e deitar tarde para dormir, rápido pode-se juntar muito dinheiro comprar carros de último modelo e melhor marca sem pagar impostos, todos os respeitam e é claro a população admira aqueles que ostentam e esbanjam, os consumistas.

Já o sistema prisional do Brasil é incapaz de ressocializar alguém, em celas que suportariam no máximo cinco pessoas e se encontram hoje com mais de trinta, expostos ao

descaso tornam-se nas prisões “monstros sociais”, saindo da prisão piores do que quando entraram. Claude (1999) diz que a polícia militar é considerada despreparada e violenta, muitas das vezes ridicularizada, e são elas protegidas pelos seus próprios tribunais. A ela são atribuídos um quarto das mortes por homicídio.

O Brasil é o lugar dos paradoxos, onde se presencia o choque entre duas culturas; a cultura do primeiro mundo, da Europa rica e branca e a cultura do terceiro mundo, pobre negra e marginalizada. Observa-se que há uma separação entre negros e brancos é também digna de observação, pois os dois universos que divergem entre si, são socialmente pouco integrados. Claude (1999) compreende que a sociedade brasileira é feita de uma curiosa mistura de latinidade e negritude, que por vezes a discriminação e o preconceito não tardam a revelar-se pela informalidade.

Por fim, a segurança pública, mergulhadas em interesses, todo dia o cidadão brasileiro tem que vencer a guerra de continuar vivo perante as negligências do Estado e um país corrupto, a população está flutuante e sem bons alicerces, sendo presas fáceis para as facções criminosas pois estas lhes oferecem “segurança” para si e para os seus, dinheiro fácil em troca de uma alienação ao bando, os meninos de rua e os que moram em subúrbios são os mais atingidos por tal mal, vendo a ilusão do dinheiro fácil, vendem sua liberdade por uma falsa proteção e outras migalhas, sendo explorados e expostos a morte diariamente.

5. METODOLOGIA

Os métodos usados nesta pesquisa são, portanto, de ordem exploratória e descritiva, pois tem em si um caráter minucioso quanto a exploração dos dados econômicos e socioeconômicos que estão presentes na economia da cidade de Redenção, analisando as variáveis econômicas dos habitantes de Redenção e seus retornos em serviços como saúde, educação e segurança. A pesquisa é também descritiva no quesito de descrever e ter uma busca compreensiva de como e o porquê de tal fato social e suas consequências para a população. Essa pesquisa se constitui qualitativa e quantitativa, pois analisa o fator social trazendo à tona algumas questões em termos de sentido como cidadania, moral, ética e dignidade.

Este projeto é constituído por fontes primárias e secundárias pois será constituído por entrevistas. Vale ressaltar que as entrevistas serão abertas, pois ao longo delas poderá surgir questões pertinentes que pretendo explorá-las ao máximo na busca de uma compreensão mais clara e sucinta possível. Como outro fundamento teórico-metodológico, a pesquisa tem uma dimensão antropológica assentada na etnografia, no ir a campo como forma de melhor compreender e entender os fenômenos dialogando e entrevistando profissionais da segurança que todos os dias se deparam com as estatísticas e as mais variadas formas de violência que estão presentes na cidade de Redenção e também com pessoas que cometem tais atos criminais para ouvir delas mesmas “os por quês” da marginalização.

A pesquisa também assume o caráter documental porque trabalhará com fontes secundárias, como documentos sobre a condição socioeconômica da cidade, os índices de pobreza, criminalidade e violência. Nessa mesma linha, a pesquisa bibliográfica a de leituras de artigos, monografias, dissertações, teses e livros sustentarão teoricamente meus objetivos. Constitui importância nesta pesquisa o estudo de autores que dialogam sobre a criminalidade, a violência, o papel do estado e com as questões de desigualdades sociais que prevalecem na grande maioria da população Brasileira.

A pesquisa também visa mapear as áreas com maior índice de criminalidade e confrontar os crimes e o que lhe é oferecido socialmente e economicamente e, junto com isso, as oportunidades ofertadas a “tal público” que cometem tais práticas. Por fim, serão analisadas as entrevistas dos profissionais de segurança e dos infratores. Também serão revistos os serviços que lhes “asseguram um Estado” e verificar se são suficientes para suprir suas carências.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.

ALVES, Odílio. **A questão social em Hannah Arendt.** São Paulo: Trans./Form./Ação, 2004.

CLAUDE, Jean. **Violência no Brasil.** França: Ciência e Saúde Coletiva, 1999.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico.** Lisboa: Presença, 2004.

IANNI, Octavio. **A questão social.** São Paulo: São Paulo em perspectiva, 1991.

MISSE, Michel. **Sobre a construção social do crime no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

OLIVEIRA, Gisele. LUZIA, Janete. **As expressões da “questão social” na era do capitalismo financeiro.** Maranhão: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

